



II SERPINF

*Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional*

ISBN: 978-85-397-0584-2

1

UMA REFLEXÃO ACERCA DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL CONTEMPORÂNEA

Maria Roselane da Silva*
Jaciera Pereira Campos*
Maryanna Lins de Oliveira Santos*

RESUMO: Neste artigo propõe-se refletir sobre o Serviço Social, no contexto da crise estrutural do capital. Iniciada no final da década de 1970, esta crise implica inúmeras transformações societárias que incidem diretamente no cotidiano da vida social, afetando todas as profissões, suas áreas de conhecimento e atuação profissional, exigindo uma análise teórica e crítica do movimento histórico atual. Neste sentido, nos propomos a estudar sobre os fundamentos da crise estrutural e suas consequências para classe trabalhadora e para a categoria profissional.

PALAVRAS-CHAVES: Classe trabalhadora; Crise estrutural; Serviço Social.

1. OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

O sistema capitalista vivência as crises¹ desde que inaugurou sua fase madura², essas implicaram na redução da acumulação e expansão da produtividade, solucionadas com medidas interventivas amenizadoras das crises, contudo, a crise atual constitui um fenômeno novo frente às crises precedentes, trata-se de um largo processo de reestruturação do capital com o objetivo de retomar o seu ciclo reprodutivo, que implicou mudanças no “mundo do trabalho”.

A crise na qual estamos inseridos, desde os anos de 1970, de cunho estrutural, apresenta peculiaridades e consequências de intensa gravidade para o sistema globalizado do capital. Trata-se de uma crise que pressupõe alterações na totalidade do sistema em todas as suas dimensões, na produção, na circulação e no consumo, desenvolvendo-se num contexto histórico e econômico muito adverso das crises anteriores. Este colapso não atingiu apenas a esfera econômica, mas todas as dimensões

* Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

¹Referente às crises Marx (1983c, p. 286) destaca que: “As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito”.

²Para Mandel o capitalismo maduro “É uma referência ao desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerando esgotado seu papel civilizatório. Assim, a ideia de maduro remete ao aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, e às decorrentes tendências de barbarização da vida social” (MANDEL apud BEHRING; BOSCHETTO, 2011, p. 113).



da sociedade, por se tratar de um esgotamento de valorização do capital, conforme será abordado.

Ao transitarmos a sociabilidade burguesa desenvolvida, funda-se uma nova lógica na dinâmica produtiva, a relação de produção e reprodução de mercadorias, baseada na exploração do trabalho assalariado, visando à obtenção de mais-valia³. É a partir da expansão contínua da produção e reprodução social no curso do desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas, que se processa “a subordinação real do trabalho ao capital⁴” (MARX, 1996a, p. 139).

A lógica expansiva do capital está diretamente articulada ao progresso científico e tecnológico, a inserção de novas tecnologias no processo produtivo age como resposta em momentos de crise. Sobre isto Marx (1996a, p. 54), assinala que:

Procedem das inovações tecnológicas, que alteram os requisitos das proporções anteriores de composição do produto social sob o aspecto do valor de uso. Procedem, enfim, da prática maior ou menor do entesouramento, em resposta a características objetivas da reprodução ou a expectativas subjetivas dos capitalistas.

Entende-se dessa forma que o incremento tecnológico no processo produtivo atende uma função social determinada principalmente nos momentos de crises, atua na regulação das relações sociais, tendo como objetivo fundamental à acumulação de mais riqueza pelos capitalistas.

Em meados do século XX, a tendência expansionista do capital, período caracterizado pela produção e consumo em massa, impulsionou a inserção de um grande contingente da classe trabalhadora a patamares de consumo desconhecidos em momentos anteriores do desenvolvimento da sociedade burguesa, mediante um acordo entre burguesia e proletariado. Trata-se da implementação de diversas legislações trabalhistas e sociais, viabilizadas através de políticas sociais universais.

Essas concessões legais e materiais correspondiam à lógica keynesiana do *Estado de Bem-estar social* ou *Welfare State*, que tinham por objetivo salvar o capital da crise expressa na década de 1929. Neste momento, a organização dos trabalhadores

³Entende-se por mais-valia “O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo seu encanto [...]. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*)” (MARX, 1996a, p. 331).

⁴De acordo com Mézáros (2011, p. 800), “O capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente”.



exigia dos capitalistas melhores condições de vida e de trabalho mediante articulações políticas, que contribuíram para revitalizar a dinâmica do sistema em geral, transformando a aparente conquista dos trabalhadores diante do capital em estratégia de fortalecimento, expansão e domínio do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2011).

Depois de um período de reprodução ampliada do capital, verifica-se um contexto de reestruturação do sistema capitalista, com o esgotamento dos padrões de produção taylorismo-fordismo⁵ e das medidas intervencionistas do Estado Keynesiano implantadas durante as três décadas de plena expansão. O colapso dos mercados e dos territórios a serem ocupados pela universalização do capital do último processo expansionista foi intensificado pela limitação humana do consumo real das mercadorias, ampliado até tornar-se contraditório.

O esgotamento das medidas keynesianas, culminou em outro processo de crise. Agora potencializado pelas contradições do sistema que não foram solucionadas anteriormente. Neste momento, o neoliberalismo se impõe na sociedade combatendo às medidas direcionadas a garantia de direitos sociais, como saída para enfrentar a crise que se processava no sistema, caracterizou-se como processo de “contra-reforma” do capital. Conforme destaca Behring (1998), ocorre à quebra das garantias sociais – dos direitos. As novas medidas interventivas atuam a serviço da classe dominante, e redimensiona suas ações conforme as necessidades do capital em crise.

Com o fim da fase de ascensão histórica do capital, suas contradições não podem mais ser ocultadas. Seu processo de expansão, agora, encontra barreiras, como afirma Mézáros (2011, p. 946):

A “hora da verdade” só chega quando a necessidade de expansão encontra obstáculos significativos, como os que experimentamos em nossa época. O fato de que, em tais circunstâncias, as dificuldades de expansão lucrativa do capital assumam a forma de escassez especulativa e movimentos aventureiros do capital, negando de forma mais cruel a satisfação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas, apenas sublinha que o capital é, nas palavras de Marx, a “contradição viva”.

O sistema capitalista redefine sua produção frente à crise que se instaura, voltada à aceleração do consumo, o que significa a diminuição da vida útil dos objetos,

⁵ O processo de organização do trabalho contemporâneo na produção taylorista-fordista é baseado no controle dos tempos e movimentos, originário do pensamento da administração científica de Frederick Taylor, e na proposição de Henry Ford, que se caracteriza pela produção em massa, vertical e de caráter rígido. Esta organização é marcada por uma divisão de trabalho moderna, porém fragmentada e repetitiva, concentrada numa linha de produção em larga escala, através do uso inovador da esteira de montagem, aplicando à gestão do trabalho o controle intenso do processo produtivo. *Grifo Nosso.*



uma produção diversificada e ampliada a curtos prazos, com preços cada vez mais baixos. A reestruturação produtiva será colocada como uma alternativa eficiente, objetivando a redução de gastos na produtividade, diminuindo o tempo de trabalho e custos de produção, instaurando o processo de flexibilização do trabalho, medidas tomadas para recuperação da lucratividade.

Entende-se que, a crise estrutural está baseada dentro de uma lógica que se põe em contradição os aspectos principais da estrutura da acumulação capitalista, pois esta crise não está mais restrita a uma esfera particular da produção, afeta a totalidade do sistema do capital em sua forma globalizada – ela atinge tanto os países periféricos, quanto os países centrais. Dessa forma, a crise estrutural atinge a sociedade nas relações sociais, humanas e cotidianas. Estas transformações nas relações estão diretamente vinculadas às mudanças que ocorreram no “mundo do trabalho”, e conseqüentemente refletiram e refletem atualmente sobre a classe trabalhadora, como podemos ver mais adiante.

2. OS IMPACTOS DA CRISE SOBRE A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A lógica de reprodução do sistema capitalista pressupõe uma articulação entre os fatores econômicos e a ação política, fundamentais em seu processo de produção e reprodução. Demarcado por um período de esgotamento da perspectiva de regulação keynesiana⁶, nas áreas econômica, política e social e do compromisso entre grupos e classes visando à expansão do crescimento produtivo, refletindo diretamente na estrutura das desigualdades sociais, na iminência da crise estrutural com todas as suas implicações, um contexto histórico de amplo controle social sobre a classe trabalhadora.

No que se refere ao controle social, Mészáros (2011, p. 55), baseado nas contradições postas pelo sistema capitalista, afirma que:

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição.

⁶ De acordo com Duriguetto e Montañó : “ o regime (fordista-keynesiano) deve ser substituído por uma nova estratégia hegemônica. Uma estratégia que anule as conquistas trabalhistas e que permita a superexploração do trabalho como um todo; uma estratégia que altere as condições do contexto anterior criando, no pós-1970, um novo “regime de acumulação” que Havey denomina de *flexível: a ofensiva neoliberal*” (2011, p. 192).



Entende-se que com o desenvolvimento das relações materiais, o controle social nesse contexto foi transferido do corpo da sociedade para uma classe parasitária que obtém o poder econômico nas mãos, como mecanismo de regulação das classes sociais. Porém, atualmente observamos o inverso, com o “processo de expansão e concentração, o poder de controle conferido ao capital vem sendo *de fato* transferido novamente ao corpo social como um todo, mesmo que de forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade do capital” (Idem).

Analisando a tendência atuante do capital sobre o trabalho, no período da crise estrutural, pode-se constatar que após um longo processo de acumulação, as reformas democráticas incutiram no seio dos movimentos de luta dos trabalhadores, a ilusão da convivência harmoniosa entre exploradores e explorados, justificada pela garantia de direitos sociais, na participação dos trabalhadores no consumo, e em seguida incentivando a participação em cargos de comando no cenário político burguês.

Estabelecendo essa relação, o trabalho teria aparentemente avançado frente às contraposições do capital. Mas ocorre o inverso, agravam-se os problemas com a redução dos direitos trabalhistas e sociais⁷. Além da privatização frequente dos serviços sociais viabilizados através das políticas sociais. Sobre isto afirmam as autoras:

Medidas implementadas, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocavam aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 127).

Conforme constata as afirmações de Behring & Boschetti (2011), os investimentos dos fundos públicos no custeamento das políticas sociais e a crise que se arrasta, fica evidente, que foi a classe trabalhadora que recebeu o maior impacto em decorrência do período de recessão do capital. Todavia, do lado do capital, processava-se uma concentração da riqueza ainda maior nos contextos de crise. Vale ressaltar que, além de todas as estratégias empreendidas pelo capital para sair da crise, no contexto da reestruturação produtiva, o capital passava a receber financiamentos e recursos públicos nos setores privados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

⁷ Esta é a resposta instaurada frente à crise de 1970: “O neoliberalismo “representa uma tentativa de abolir cinquenta anos de avanços sociais e restabelecer as condições socioeconômicas vigentes antes do advento dos governos populistas, social-democratas e outros regimes de esquerda”; [...]. Na realidade, uma verdadeira *contrarreforma* sobre o caráter desenvolvimentista (da produção e o consumo) e os avanços e conquistas dos trabalhadores” (Duriguetto e Montaña, 2011, p. 193).



O “mundo do trabalho” é radicalmente alterado, gerando inseguranças com a substituição, cada vez mais frequente, do trabalhador pela máquina⁸, intensificando a desigualdade social. Sobre isso Marx, expõe que:

Quanto mais cresce a força produtiva do trabalho, tanto mais pode ser reduzida a jornada de trabalho, e, quanto mais é reduzida a jornada de trabalho, tanto mais pode crescer a intensidade do trabalho. Socialmente considerada, a produtividade do trabalho cresce também com sua economia. Esta inclui não apenas o economizar meios de produção, mas também evitar todo trabalho inútil. Enquanto o modo de produção capitalista impõe economia em todo negócio individual, seu sistema anárquico da concorrência produz o mais desmesurado desperdício dos meios de produção sociais e das forças de trabalho, ao lado de inúmeras funções agora indispensáveis, mas em si e para si supérfluas (1996b, p. 156-157).

O sistema capitalista reduz cada vez mais o acesso às políticas sociais de ampla parcela da classe trabalhadora, subjugando o trabalhador, apresentando-o como força de trabalho ajustado e subordinado às inovações tecnológicas, e consumidores, mediante as regras determinadas pela escala produtiva do capital destrutivo, como vimos, em momento de crise estrutural.

As políticas sociais, agora assumem um caráter focalista e seletivo, substituindo a concepção de proteção universal. As estratégias neoliberais para alavancar a economia novamente iram se processar na redução dos direitos trabalhistas, na reestruturação produtiva e na “contra-reforma”, objetivando dar respostas a crise que se instaura, rompendo com pacto keynesiano (BEHRING, 1998).

As conquistas sociopolíticas obtidas por parte dos trabalhadores tanto no período de expansão, quanto nos momentos de crise, principalmente no contexto da crise estrutural, no refreamento da produtividade, em nada implicaram perdas para o capitalismo, pois as concessões feitas à classe trabalhadora são convertidas em vantagens pelo capital, que visam redimensionar os conflitos, garantindo a autorreprodução do capital. Apreende-se que, a classe trabalhadora perdeu, e continua perdendo; o capital com suas armadilhas conseguiu impor-se enquanto classe dominante

⁸ Visando explicitar as transformações ocorridas após a crise de 70 Behring (2007, p. 78) afirma que: “como resposta à queda das taxas de lucro na década de 70, os anos 80 são marcados por uma ofensiva revolução tecnológica na produção[...] O padrão fordista de produção: é baseado na inserção intensificada de tecnologias “poupadoras de mão-de-obra, os efeitos sobre a força de trabalho têm sido devastadores, caracterizando um processo de *heteroginização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora* (Antunes, 1995). Observa-se os fenômenos do aprofundamento do *desemprego estrutural* da rápida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial de retrocesso do poder sindical (Mattoso, 1995).”



sem nenhum enfrentamento político, reflexo das medidas opressivas, ditatoriais e autoritárias do capital e de sua instituição representativa, que atua como força armada e com seu aparato jurídico-político, o Estado.

Enquanto profissionais requisitados para atuar na execução de políticas sociais, que atenuam os conflitos entre as classes sociais fundamentais burguesia e proletariado, os assistentes sociais não podem omitir-se deixando de analisar criticamente as fragilidades das conquistas dos trabalhadores que são colocadas em xeque, frente os interesses de reprodução do capital.

Sobre a direção social do serviço social no contexto da crise estrutural, faremos algumas considerações no item a seguir.

3. A HEGEMONIA POLÍTICA VERSUS A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Segundo Netto (1996) é em meados dos anos 70, marcando os anos 80 e 90, que a sociedade capitalista vivencia momentos de inflexões significativas denominadas pelo autor de *transformações societárias*. A crise estrutural do capital e a sua reestruturação produtiva, expresso na adequação do padrão de acumulação “flexível” em substituição ao esgotamento do modelo “taylorista-fordista”, abrange as transformações societárias. Tais transformações incidiram em todas as profissões levando-as a significativas alterações. Para Netto (1996, p. 89), “As transformações profissionais, assim, derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão”.

Estando o Serviço Social, no circuito das profissões, mais diretamente imbricado as alterações decorrentes na sociabilidade capitalista, apresenta no cenário brasileiro, na entrada dos anos 90 uma representativa consolidação no campo da formação⁹. Sobre a ótica da prática profissional houve e ainda há uma evidente carência conectiva entre os núcleos de formação e os campos de atuação, incidindo em “uma

⁹ Ao que concerne a formação profissional, a maioria dos estados brasileiros oferecia nível de graduação; a pós-graduação em *stritu sensu* firmara-se em sete universidades (UFRJ, UFPE, UFPB, UnB, PUC-RJ, PUC-SP e PUC-RS); a produção científica já apresentava uma bibliografia própria (como por exemplo, a *Revista Serviço Social & Sociedade* inaugurada em 1979); além de o Serviço Social passar a dialogar com outras áreas do conhecimento. (Cf. Netto, 1996, p. 106-108).



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional” (idem, p. 111).

No âmbito da atuação profissional do Serviço Social, houve um predomínio de longa duração das estratégias democráticas como orientadora do combate a desigualdade social e a reação aos problemas sociais decorrentes da exploração do trabalho pelo capital. O avanço na produção teórico-crítica acompanhou, em meados da década de noventa, o processo da luta pelo fim da ditadura militar no Brasil, com a efetivação de seu projeto ético-político baseada na construção de uma sociedade igualitária, sem o caráter de exploração do trabalho (NETTO, 1996).

A ruptura com o histórico conservadorismo, durante a década de 80 “favoreceu a renovação teórico-cultural da profissão”, e consolidou o plano ídeo-político, porém isto não significou a superação radical deste projeto na profissão, mas que “posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e/ ou contestadoras” da base material do capital conquistaram legitimidade para se expressarem claramente (NETTO, 1996, p. 111-112). No final dos anos 80, Netto, destaca que,

A categoria profissional refletia o largo espectro das tendências ídeo-políticas que tensionam e animam a vida social brasileira. Numa palavra, *democratizou-se* a relação no interior da categoria e legitimou-se o *direito à diferença ídeo-política*. Nunca será exagerada a significação dessa conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originalmente, uma refinada e duradoura intolerância (idem).

É relevante considerar que as demandas objetivas dos assistentes sociais perpassam a dimensão da hegemonia política, tendo que, é a supremacia vigente quem direcionará diferentes perspectivas e estratégias de ação profissional. Dessa forma,

A cultura profissional – princípios, valores, objetivos, concepções teóricas, instrumentos operativos – joga um papel importante na delimitação da compatibilidade entre o exercício profissional e uma dada hegemonia política. Por isso mesmo, num ordenamento social com regras democráticas, uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, procuram elaborar uma *direção social estratégica* para a sua profissão (NETTO, 1996, p. 116).



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

A concretização de uma determinada direção social estratégica não equivale à eliminação das alterações na conjuntura da categoria ou ainda a homogeneização dos vetores que compõem a cultura profissional visto que “estamos diante de um processo não de monopólio, mas de luta por hegemonia de *direção*: não se trata de consagrar identidades cristalizadas, mas de promover unidades dinâmicas” (idem). Além desse aspecto há outro: se uma direção social estratégica está pautada em um elemento ideopolítico, ela está distante de restringir-se a ele, assim “não basta a uma direção social estratégica o enunciado do seu horizonte ídeo-político; [...] é necessário que se articule congruentemente aos traços mais determinantes da cultura profissional; se ele carece de articulação [...] a direção perde vigência” (idem).

Lembremo-nos que o Serviço Social a partir dos anos 90 passa a gestar e ordenar uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política do grande capital. Assim para Netto (1996) o que estará no cerne do debate profissional nos próximos anos será o seguinte questionamento: “*manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la*”?¹⁰.

Embasados pelo supracitado autor temos que diante dos acontecimentos e das estratégias implementadas pelo capital como resposta ao acirramento da crise, o que se observou foi uma atuação profissional do Serviço Social voltada a uma atividade de adequação frente aos limites impostos pela realidade da crise estrutural, permanecendo vinculada aos velhos conceitos de políticas sociais reformadoras desenvolvidas pelo Estado (como único espaço de lutas de classes), afastando-se dos avanços na capacidade crítica teórica e social, já conquistados em outros momentos históricos da profissão, frente às novas determinações do sistema capitalista.

Assim, torna-se urgente uma análise teórica-crítica contundente do movimento histórico atual, com base consolidada no Serviço Social desde os anos 80. A tradição marxista representa essa crítica e conduz as produções teóricas na compreensão das novas tendências do acirramento da questão social e na antecipação de respostas aos problemas atuais para que a *direção estratégica da profissão* seja condizente com uma concepção de ruptura com a hegemonia política vigente. Entretanto, recorrer ao marxismo como uma alternativa de compreensão da realidade posta não é *ainda* algo predominante na categoria profissional, tendo em visto que o Serviço Social convive com traços de ordem conservadora.

¹⁰ Indagação nossa.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto determinado pelo acirramento dos problemas econômicos, políticos e sociais mediados pela manutenção do controle do capital sobre o trabalho, o desemprego estrutural, na atualidade, adquire uma nova forma na conjuntura da crise do capital vigente desde a década de 1970. As transformações sociais expressam diretamente os antagonismos inconciliáveis, mediante o insucesso da ofensiva neoliberal via a criação de programas de manipulação social como respostas aos conflitos entre as classes sociais.

Observamos que, as conquistas sociopolíticas alcançadas por parte dos trabalhadores no período de ampliação produtiva, e nos momentos de crise, principalmente no contexto da crise estrutural, em nada corresponderam em perdas para o capital. Conforme vimos, as concessões são convertidas em vantagens ao capitalismo, visando redimensionar os conflitos, ao interesse de autorreprodução do capital, para além das necessidades humanas.

Salientamos que no contexto da crise estrutural do capital, o Serviço Social sofreu alterações na década de 1990, a partir da incidência de expressões da questão social, colaborando substantivamente para a ampliação da demanda dos usuários das políticas públicas, refletindo diretamente no exercício profissional do assistente social.

Deste modo, pretendemos contribuir com a construção de uma reflexão crítica da realidade social, que possibilite aos assistentes sociais entender os limites e as possibilidades da sua ação e não criar expectativas que extrapolem as condições objetivas e sociais do exercício profissional. O que não significa abdicar da possibilidade histórica de transformação radical da sociedade burguesa que historicamente desumaniza os homens e os impedem de viver plenamente em sociedade.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).



II SERPINF

Seminário Regional Políticas Públicas
Intersetorialidade e Família:
formação e intervenção profissional

ISBN: 978-85-397-0584-2

MONTAÑO, CARLOS; DURIGUETTO, MARIA LÚCIA. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social** – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade* – nº 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. ed.6. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

MARX, Karl. **O Capital**, Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. **O Capital**, Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

_____. **O Capital**, Vol. I. Tomo III. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1983c.

MARX; ENGELS. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2011.

_____. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2011.